



INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATERIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2026



SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

Vitória do Movimento Sindical!



Centrais sindicais lançam campanha sobre ampliação da isenção do IR

Nesta sexta-feira (30), as centrais sindicais divulgaram um boletim para informar sobre a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, além da redução gradual da tributação para rendas de até R\$ 7.350. A medida, já em vigor, representa uma conquista histórica do movimento sindical na defesa da justiça fiscal e da valorização do trabalho.

De acordo com o material divulgado, mais de 20 milhões de brasileiras e brasileiros serão beneficiados diretamente pela nova política, que garante mais dinheiro no bolso do trabalhador e fortalece o consumo das famílias. Para a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), o avanço é resultado de uma longa jornada de mobilização, unidade e pressão social organizada.

"A ampliação da isenção do Imposto de Renda é fruto da luta permanente dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Essa vitória demonstra que a organização dos trabalhadores é capaz de transformar reivindicações históricas em políticas públicas concretas", destacou Sônia Zerino, presidente da Nova Central.

A campanha também ressalta que a medida esteve presente na Pauta da Classe Trabalhadora, nas Marchas para Brasília, no Plebiscito Popular e em diversas ações de diálogo e pressão junto ao Congresso Nacional e ao governo federal. Com a aprovação pelo Parlamento e a sanção presidencial, o compromisso assumido com o movimento sindical foi cumprido.

Além de aliviar a carga tributária sobre os salários mais baixos, a iniciativa contribui para a distribuição de renda, o aumento da produção e a geração de empregos dignos, fortalecendo a economia a partir da base da sociedade.

"Essa conquista reafirma que trabalho digno, justiça fiscal e desenvolvimento com inclusão social caminham juntos. É a prova de que a luta coletiva vale a pena e segue sendo o caminho para avançarmos em mais direitos e melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Por isso, pedimos a todos os nossos filiados que divulguem e compartilhem essa conquista", concluiu Sônia Zerino.

[CLIQUE AQUI E BAIXE O BOLETIM DAS CENTRAIS](#)

Fonte: NCST



Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2026

Desemprego cai para 5,1% em dezembro, o menor já registrado

Ano de 2025 termina com recorde de carteira assinada e renda

© Wilson Dias/Arquivo/Agência Brasil



O Brasil registrou, no trimestre encerrado em dezembro, taxa de desocupação de 5,1%, a menor já registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Observando os dados consolidados de 2025, a taxa anual de desocupação ficou em 5,6%, também a menor já registrada. O número de ocupados chegou a 103 milhões.

O ano passado também registrou recorde na renda média mensal do trabalhador, que atingiu R\$ 3.560, um aumento de 5,7% (ou R\$ 192) na comparação com 2024.

O número de carteira assinada no ano também foi o mais alto já registrado: 38,9 milhões de pessoas, expansão de 1 milhão na comparação com o ano anterior.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Destaques de 2025

Na taxa anual, o Brasil registrou os seguintes contingentes:

- **Desocupados:** 6,2 milhões de pessoas, queda de cerca de 1 milhão (-14,5%) na comparação com 2024
- **Empregados da iniciativa privada sem carteira assinada:** 13,8 milhões (queda de 0,8% ante 2024);
- **Trabalhadores domésticos:** 5,7 milhões (-4,4%);
- **Conta própria:** 26,1 milhões – o maior já registrado.

A taxa anual de informalidade passou de 39%, em 2024, para 38,1% em 2025. De acordo com a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy, esse percentual é “valor relevante”, e reflete característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

“A composição e dinâmica da população ocupada ainda é bastante dependente da informalidade, sobretudo, devido à grande participação de trabalhadores no comércio e em segmentos de serviços mesmos complexos”, avalia.

Pnad

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou

mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A maior taxa de desocupação já registrada na série iniciada em 2012 foi de 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19.

Caged

A Pnad é divulgada no dia seguinte a outro indicador de comportamento do mercado de trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que acompanha apenas o cenário de empregados com carteira assinada.

De acordo com o Caged, dezembro apresentou saldo negativo de 618 mil vagas formais. No entanto, no consolidado de 2025, o balanço ficou positivo em quase 1,28 milhões de postos com carteira assinada.

Fonte: Agência Brasil

NCST integra articulação nacional para a 1ª Conferência dos ODS



Na manhã desta quinta-feira (29), a presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e secretária de Assuntos da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sonia Zerino, participou de reunião na sede da Comissão



INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATERIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2026

Nacional para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em Brasília (DF).

O encontro reuniu o secretário executivo da Comissão Nacional para os ODS da Secretaria-Geral da Presidência da República, Dr. Lavito Bacarisa; Sandra Sena, articuladora e mobilizadora de rede da Secretaria Executiva; e Alberto Saraiva, membro da Comissão Nacional ODS e representante da sociedade civil. A pauta central foi o processo de organização da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o convite às Organizações da Sociedade Civil e aos movimentos classistas para a realização de Conferências Livres, além da participação nas demais etapas do processo conferencial.

A **Conferência Nacional dos ODS** foi convocada pela Portaria SG/PR nº 206, de 23 de dezembro de 2025, e terá como tema "A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos". A etapa nacional ocorrerá de 29 de junho a 2 de julho de 2026, em Brasília, reunindo propostas construídas nas etapas livres, estaduais, distrital e digital.



Durante a reunião, também foi ressaltada a importância dos eixos transversais que orientarão os debates, como democracia e instituições fortes, sustentabilidade ambiental, promoção da inclusão social e combate às desigualdades, inovação tecnológica, governança participativa e colaboração multisectorial para o financiamento da Agenda 2030.

Para Sonia Zerino, a realização da Conferência representa um marco histórico para a participação social e a construção de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável. "Temos certeza de que será uma conferência gigante, histórica e muito importante para demarcar que queremos construir um país e um mundo distantes das desigualdades", afirmou.

Fonte: NCST

Fim da escala 6x1 é prioridade do governo em 2026, diz Gleisi Hoffmann

Para o governo, proposta de redução da jornada máxima de trabalho é a continuidade dos avanços da redução do IR.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais do Planalto, Gleisi Hoffmann, informou a jornalistas na quarta-feira (28) que o governo dará prioridade em 2026 ao avanço das propostas em tramitação de proibição da jornada de trabalho 6x1. Segundo a articuladora do Executivo, a redução da escala de trabalho é um passo natural após a reforma do Imposto de Renda, aprovada em 2025.

"Está na hora de cuidar da qualidade de vida do povo brasileiro. (...) Não é possível que as pessoas tenham um dia só por semana para descansar e para terem os seus afazeres domésticos e pessoais. Isso atinge principalmente as mulheres. Então, o presidente Lula está determinado", disse a ministra.

Gleisi avalia que há disposição do Congresso Nacional a respeito do tema, e que conta com a "simpatia" do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). "Quando você tem a opinião pública, quando você mostra certeza de uma proposta, eu acho que a Casa se mostra sensível", declarou.

Situação da PEC

Duas propostas que tratam do fim da escala 6x1 estão em debate avançado no Congresso Nacional: uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado.

No Senado, o principal instrumento é a PEC 148/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está pronta para votação em plenário. O texto altera o parâmetro constitucional da jornada semanal, criando um desenho que, na prática, inviabiliza a manutenção do 6x1.

Na Câmara, o principal texto é o da PEC 8/2025, da deputada Erika Hilton (Psol-SP), discutida em subcomissão especial vinculada à Comissão de



Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2026

Trabalho. O relator, Luiz Gastão (PSD-CE), apresentou em dezembro um parecer que reconhece a legitimidade da pauta, mas rejeita o limite de 36 horas em jornada 5x2, conforme proposto no texto original. Ele propõe preservar o modelo atual, com redução gradual para 40 horas semanais.

O conflito central é econômico e operacional: empresários alertam para custos e dificuldades na organização de turnos; centrais sindicais argumentam que a redução combate a exaustão e pode elevar a produtividade. O governo tenta construir um meio-termo que reduza a jornada sem ruptura abrupta, preservando espaço para negociações setoriais.

Fonte: Agência Brasil

Adoecimento do corpo e da mente é tema da série sobre o Fim da Escala 6x1

O artigo revela a relação entre a escala 6x1 e o adoecimento, incluindo dados alarmantes sobre transtornos mentais.



A jornada de trabalho 6x1 contribui para o adoecimento, aumentando casos de ansiedade e depressão entre trabalhadores.

O vigésimo quarto artigo do dossier "Fim da Escala 6x1 e Redução da Jornada de Trabalho", organizado pelo Organizado pelo Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de

Economia do Trabalho) em parceria com as centrais sindicais, aborda "Escala 6x1 e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores". O artigo é assinado por Monica Simone Pereira Olivar.

A autora demonstra que a escala 6x1 — seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso — contribui para o aumento de afastamentos por doenças, acidentes de trabalho e sofrimento psíquico.

Dados oficiais indicam que, somente em 2024, mais de 471 mil trabalhadores foram afastados por transtornos mentais, quase o dobro do registrado no ano anterior. Ansiedade, depressão, estresse crônico e síndrome de burnout estão entre os principais diagnósticos.

O estudo também aponta crescimento expressivo dos acidentes de trabalho, que ultrapassaram 742 mil registros em 2024, com destaque para setores como comércio varejista, supermercados, hospitais,

transporte e restaurantes — atividades fortemente marcadas por jornadas extenuantes e pela escala 6x1. Profissões como técnicos de enfermagem, operadores de caixa, vendedores, faxineiros e teleoperadores figuram entre as mais atingidas.

Segundo Olivar, a Reforma Trabalhista de 2017 agravou esse cenário ao flexibilizar a jornada e enfraquecer a relação entre tempo de trabalho, saúde e segurança. A autora defende que o trabalho deve ser compreendido como eixo central da determinação social da saúde, conforme o conceito ampliado adotado pelo Sistema Único de Saúde, e não apenas como uma variável econômica.

O artigo sustenta que a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma medida estrutural de promoção da saúde, capaz de diminuir acidentes, adoecimentos e o desgaste físico e mental dos trabalhadores. O debate ganha atualidade com o fortalecimento das mobilizações contra a escala 6x1 e com a defesa de políticas públicas que coloquem a vida e o bem-estar acima da lógica da superexploração do trabalho.

Leia aqui o artigo: [Escala 6x1 e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores](#)

Fonte: Congresso em Foco

